



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018770-53.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Psa Finance Brasil S/A**
 Requerido: **Espólio de Ruth Diniz Baptista**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A. ajuizou ação contra RUTH DINIZ BAPTISTA requerendo a busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente, marca Peugeot, modelo 307 SD, Griffe 2.0 AT, descrito na petição inicial, haja vista a inadimplência da ré. Apresentou notificação extrajudicial para comprovação da mora (fls.27/30) .

Deferida liminarmente a busca e apreensão (fls. 46/47).

Cumprida a busca, nomeou-se o Sr. Rogério Aparecido da Silva como depositário fiel.

A parte ré deixou de ser citada por ter, o oficial de justiça, recebido informações de que teria falecido.

Veio aos autos o Sr. Miguel Santineli, convivente da ré falecida, trazendo cópia da certidão de óbito da ré. Realizou o pagamento do valor de R\$6.669,16, conforme comprovante de fl. 71. Requereu a legitimação para atuar como parte interessada, e depois habilitação para atuar como representante do espólio da ré, bem como autorização para que lhe fosse entregue o veículo apreendido, diante do pagamento do débito.

Intimado para se manifestar acerca do valor pago e do pedido de habilitação, o autor se manteve inerte.

Deferida a habilitação de Miguel Santineli como representante do espólio da ré (fl. 106) e determinada a liberação do veículo à fl. 111.

O veículo apreendido não foi devolvido, tendo sido determinada à parte autora a sua devolução sob pena de responder pelo crime de desobediência e multa diária de R\$1.000,00, por descumprimento.

Agravo de instrumento interposto pelo autor, tendo sido negado provimento ao recurso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
É o relatório.
Fundamento e decidido.

O contrato com a cláusula de alienação fiduciária em garantia está documentalmente comprovado, tendo sido deferida medida liminar, devidamente cumprida.

Veio aos autos o convivente da ré informando seu falecimento e foi deferida a sua habilitação, como representante do espólio de Ruth.

Foi realizado o pagamento integral do débito, a título de purgação da mora, sendo que, mesmo devidamente intimada para se manifestar nos autos, a instituição financeira se manteve inerte. Por essa razão foi reconhecida a purgação da mora e determinada a devolução do bem ao representante do espólio.

O banco realizou a venda do veículo de maneira prematura, sendo que a parte ainda tinha o prazo para purgar a mora, o que de fato ocorreu.

A lei de regência, especial, já traz prazos bastante exíguos e benéficos às instituições financeiras; não obstante, e por mais incrível que isso possa parecer, os prazos foram desrespeitados, o que não se pode admitir.

Diante da conduta ilegal da instituição autora, condeno-a no pagamento do valor integral do financiamento (R\$30.000,00) ao representante da ré, como forma de indenização.

Ainda, era dever do depositário nomeado manter-se na posse do bem, cabendo a ele não permitir que o veículo fosse alienado de forma indevida, como aqui ocorreu.

No caso, houve a purgação da mora tempestivamente, sendo direito do representante da ré a retomada do veículo. Instado a realizar a devolução, o depositário descumpriu decisão judicial. A súmula Vinculante nº 25 dispõe sobre a ilicitude da prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito, não podendo, entretanto, manter-se sem nenhum tipo de punição. Dessa maneira, sendo muito provável a prática do crime de desobediência, deverá responder por ele.

A multa outrora fixada está sendo substituída pela indenização a ser paga ao representante do espólio da ré, e já foi considerada na fixação desse *quantum*.

Por fim, o proceder narrado e à cargo da instituição financeira autora, se encaixa, perfeitamente, na hipótese do artigo 80, V (proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo), do NCPC, como de **litigância de má-fé**, motivo pelo qual **fica punida com o pagamento de 9% do valor atualizado da causa (art. 81, do NCPC)**.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, ficando a autora condenada ao pagamento de indenização no valor integral do

1018770-53.2015.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

financiamento, corrigido monetariamente pela tabela prática do TJSP desde a data de cada desembolso, com juros moratórios contados desde a citação.

Todos os valores depositados em juízo servirão como abatimento parcial ao pagamento da indenização, devendo ser expedido mandado de levantamento em nome do representante do espólio da ré, com o trânsito em julgado.

Oficie-se à delegacia de polícia, com cópias integrais dos autos, ficando requisitada a instauração de inquérito policial para apurar crime de desobediência por parte do Sr. Rogério Aparecido da Silva, depositário infiel.

Vencida, a autora arcará com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios os quais fixo em 15% sobre o valor da condenação, atualizado, além da multa por litigância de má-fé, como já delineado.

P.I.C.

São Carlos, 06 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**